



O EXÉRCITO NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA: UMA VISÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL

General de Brigada Luiz Carlos Rodrigues Padilha
1ª PARTE

INTRODUÇÃO

Os interesses militares se acham, em todos os países do mundo, entrelaçados aos interesses nacionais, pois trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos anseios gerais desse conjunto de pessoas. O caso do Brasil apresenta, além disso, algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos deveres constitucionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social. A nossa História está cheia de exemplos, demonstrativos dessa afirmação, como poderemos verificar no decorrer desse trabalho.

É debalde que os espíritos liberais, numa justificada ânsia de futurismo, insurjam-se contra as intervenções militares na evolução social dos povos. É um fato histórico que as sociedades têm necessidade dos meios militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só um grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada da expressão militar nos negócios internos do País, o Exército precisa, entretanto, estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais e preparado para corrigir perturbações internas, tão comuns na vida tumultuada das sociedades que buscam seu equilíbrio político-social. E é sob esta ótica que o presente trabalho visa a analisar as diversas participações do Exército na busca da manutenção da ordem pública, ao longo de nossa História, verificando a legalidade de seu emprego em função do que dispunha a Constituição vigente à época.

O EXÉRCITO NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1824

D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado para elaborar, sob sua orientação pessoal, a Constituição que foi outorgada ao País a 25 de março de 1824.

Continha a Constituição Imperial 179 artigos. Declarava que o Império do Brasil era a associação política de todos os cidadãos brasileiros, formando uma nação livre e independente. Seu governo era monárquico,- hereditário, constitucional e representativo. A religião do Império era a

Católica Apostólica Romana. Reconhecia a existência de quatro poderes de Estado: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sendo este exercido pelo Imperador, com larga soma de atribuições, inclusive, controlar a política nacional, convocar e dissolver a Câmara dos Deputados. O Senado era composto de membros vitalícios, escolhidos pelo próprio Imperador, constituindo uma representação da aristocracia imperial.

O reconhecimento formal da existência do Exército, como instituição, verificou-se através da Constituição Imperial que, então, assentou seus fundamentos jurídicos.

A Constituição de 1824 respaldava o emprego do Exército, pois regulamentava:

Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pêlos seus Ministros de Estado.

São suas principais atribuições

VIII – Fazer Tratados de Aliança offensiva, e defensiva, de Subsidio, e Commercio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembléa Geral (...)

IX – Declarar a guerra, e fazer a paz, participando á Assembléa as communicações, que forem compatíveis com os interesses, e segurança do Estado.

XV – Prover a tudo que for concernente á segurança , interna, e externa do Estado, na forma da Constituição.

Art. 145. Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, a integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos.

Art. 148. Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á segurança, e defesa do Império.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Em Pernambuco, desde novembro de 1823, preparava-se a reação contra as tendências absolutistas de D. Pedro I, reveladas na dissolução da Assembleia Constituinte. Em 1817 e em 1822, Pernambuco afirmara o seu pensamento republicano. Surpreendido com a supressão da Constituinte/ cindiu-se em duas parcialidades: intransigentes, que exigiam governo eletivo, e conservadores, que aceitavam Francisco Pais Barreto como Presidente nomeado pelo Imperador. À volta dos primeiros, uniram-se os velhos rebeldes, dirigidos por Manuel de Carvalho Pais de Andrade e pelo Coronel Barros Falcão, que se destacara consideravelmente na guerra da Bahia. Com o Presidente nomeado, ficaram as grandes famílias rurais, que temiam a desordem, monárquicos e moderados.

A insurreição propagou-se em outras províncias. Sentindo-se apoiado pelos movimentos no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, Pais de Andrade emitiu, a 2 de julho de 1824, um documento expondo as razões do separatismo, e concitava o povo a aderir à causa revolucionária. Criara nova república: a Confederação do Equador.

O Imperador reagiu prontamente, fez uma proclamação ao Exército, decretou a suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco e estabeleceu uma comissão militar, chefiada pelo coronel Francisco de Lima e Silva para processar e julgar, sumariamente, os chefes da rebelião. Após algumas tentativas de armistício, sem resultado, Lima e Silva ordenou o ataque contra Olinda, ao amanhecer do dia 17 de setembro. Vários chefes do movimento escaparam para o interior, sendo perseguidos. Dominada a revolução em Pernambuco, principal foco, logo o seria no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Os combates entre as forças imperiais e as tropas dos chefes revoltosos Tristão Gonçalves de Alencar e José Pereira Filgueiras terminaram com a derrota desses comandantes.

Com os insucessos da Missão Velha e Rio do Peixe eclipsaram-se os revolucionários cearenses. Instalou-se, na província, por ordem do governo imperial, a comissão militar, chefiada pelo tenente-coronel Conrado Jacob de Niemeyer, para julgar os chefes subversivos.

Na Paraíba, o movimento chegou a atingir várias povoações, particularmente nas proximidades da fronteira pernambucana. A ação dos governistas, ocupando a Vila do Pilar e Itabaiana, derrotando completamente os rebeldes, aniquilou a insurreição.

No Rio Grande do Norte ocorreram fatos análogos: desbaratamento com o bloqueio do litoral e a ação das forças terrestres legalistas. Numerosos remanescentes revolucionários foram surpreendidos na Fazenda do Juiz, em 28 de novembro, pelas tropas do major Lamenha. Assim terminou a Confederação do Equador, sonho republicano que, por breve período, ameaçou a unidade nacional.

A CABANAGEM

Em 1832, a província do Pará fora teatro de desordens e de motins, e o governo central tinha discutido e entrado em acordo com os rebeldes. Tal fraqueza encorajou os insurretos e os tumultos recomeçaram (1835), mais graves agora, e com a feição nova de apresentarem tendências republicanas.

Sob a direção do coronel Antônio Malcher, oficial de segunda linha e dono de próspera fazenda, os insurgentes tramaram a derrubada do presidente da província, Lobo de Souza. Porém a revolta foi debelada por pequena força expedicionária. Em grandes massas os sequazes de Malcher libertaram-no da prisão a que fora recolhido, assassinaram as autoridades legais e proclamaram-no presidente da província.

Sem a presença de um político de visão larga, os vencedores se dividiram. Malcher foi deposto por um de seus partidários, Pedro Vinagre, e morto por essa nova camada de rebeldes. Começou então um período de violências e desordens, com a Regência desnorteada e hesitante, não sabendo como tratar esse problema. Enquanto isso, a província estava de fato separada do Império.

Feijó, como primeira de suas tarefas após sua posse em 1835 cuidou de suplantar a ilegalidade enviando tropas de terra e mar comandadas pelo marechal-de-campo Manuel Jorge Rodrigues e John Taylor. Não conseguiram resistir os cabanos, entregando a cidade ao marechal. Pouco depois, porém, atacaram novamente e conseguiram retomá-la, assumindo então a presidência Eduardo Angelim, o terceiro presidente cabano.

Uma nova operação militar foi empreendida pela Regência para sufocar a revolta. O brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa e o capitão-de-fragata Frederico Mariath forçaram Angelim a render-se. Preso o terceiro presidente cabano, restaurou-se a ordem na capital. No decorrer dos anos de 1837 e 1838, prosseguiram as operações contra os derradeiros ajuntamentos rebeldes, em plena desintegração. O brigadeiro Andréa, em abril de 1839, transmitiu o cargo ao novo presidente nomeado, Dr. Bernardo Souza Franco, paraense, filiado à corrente liberal. De uma outra forma, procurou a pacificação pela conciliação, embora prosseguissem as operações militares. Apesar de conseguir anistia para os sediciosos, estes continuaram a agitar o interior da província.

Assumiu a presidência, em fevereiro de 1840, o Dr. João Antônio de Miranda, realizando excelente administração. Espírito conciliador, acalmou inúmeros focos cabanos, incorporando-os à ordeira comunidade paraense e incentivou as atividades econômicas.

O início do reinado de Pedro II (1840) abriu era de paz e prosperidade para a nação. Voltou o Pará ao seio da comunidade brasileira, inteiramente pacificado, pelos esforços das forças legais, combatendo, principalmente, pela manutenção do objetivo da integridade nacional.

A SABINADA

A revolução filiou-se à rebelião dos farrapos. Bento Gonçalves, o animador inicial do movimento, quando preso, na Bahia, pretendeu articular a revolta baiana com a República Farrroupilha. Neste contexto, surgiu o médico Sabino Álvares da Rocha Vieira, que deu nome a essa revolta e intentou, revolucionariamente, desligar o governo de sua província da Regência, proclamando a 7 de novembro de 1837 a "República Bahiense".

Um aspecto curioso da república era a limitação que lhe impunham os próprios revolucionários: deveria existir enquanto D. Pedro II fosse menor.

Vendo os revoltosos bem sucedidos militarmente, o presidente legal da província Francisco de Souza Paraiso refugiou-se a bordo de um navio de guerra, e, pouco depois, renunciou, alegando doença.

A Regência organizou a reação e para isto nomeou Antônio Pereira Barreto Pedroso para comandar as tropas legalistas. Estabeleceu-se o sítio, pelas forças de terra e mar, para manter a integridade do Império. A primeira etapa da campanha estava ganha. A revolução resistiu, não saindo da cidade, nem deixando entrar as forças legais.

Sentiu a Regência necessidade de um homem capaz de pôr fim à situação vigente e pacificar a área. Atendendo à convocação do governo central, o brigadeiro João Crisóstomo Calado embarcou na escuna "Andorinha", atingindo a Bahia em 21 de janeiro de 1838. Três dias após, endereçou aos sublevados uma proclamação, concitando-os a depor as armas e a voltar ao caminho da legalidade, assegurando-lhes proteção.

Tropas também vieram de Pernambuco, comandadas pelo tenente-coronel José Joaquim Coelho, para combaterem ao lado das de Calado. Os rebeldes não resistiram ao cerco empreendido. Bloqueada a capital, foram tomados seus principais fortes e depois de duros combates nas ruas, entregaram-se, já com centenas de mortos e feridos.

O julgamento condenou os rebeldes à morte. Depois de uma série de recursos aos tribunais, sem nada conseguirem, os insurretos dirigiram o último ao Supremo Tribunal de Justiça.

Antes da mais alta instância da magistratura se manifestar, ascendeu ao trono D. Pedro II. O jovem imperador, num gesto de clemência, estendeu anistia a todos os delitos políticos.

Terminou a tentativa da república baiana. Graças ao auxílio do povo, pôde o governo, com o Exército e a Marinha, manter a integridade do território nacional, proporcionando a paz necessária ao desenvolvimento naquela região.

A BALAIADA

As constantes crises de autoridade de que sofria o governo central, bem como as questões partidárias, tinham seus reflexos nas províncias. No Maranhão, em fins de 1838, estavam no poder os conservadores (cabanos) e na oposição, os liberais (bentevis), que insuflaram a revolta. Posteriormente, a revolta degenerou em tropelias de desordeiros e criminosos foragidos que alastraram o terror por todo o interior da província e adjacências. O movimento foi liderado pelo mestiço Raimundo Gomes, pelo ex-escravo Cosme e por Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, de alcunha "Balaio" do qual decorreu o nome da rebelião.

Os rebeldes fizeram seu centro principal em Pedras Altas e, em suas incursões, atingiram as terras do Piauí e do Ceará. Sentindo-se fortes, atacaram e ocuparam a cidade de Caxias, aí instalando um governo, que mandou ao presidente da província uma série de reivindicações descabidas.

Com as informações obtidas e a grave ameaça à capital maranhense, sentiu o governo imperial a relevância de confiar a um só homem a presidência e o comando das armas: o coronel Luis Alves de Lima e Silva. Anulavam-se, desta maneira, as causas dos constantes atritos entre chefes militares e os presidentes, dadas as atribuições, que ambos tinham sobre a força estacionada na província.

A ideia central que orientou Caxias na luta contra os rebeldes foi a de persegui-los sem deixar-lhes tempo para se refazerem e, simultaneamente, diminuir-lhes a área em que operavam, pela ocupação permanente dos núcleos populosos em que se apoiavam. Para isso dividiu suas forças em dois escalões: o primeiro, mantinha contato com os rebeldes, e o segundo, completava a limpeza das áreas percorridas pelo primeiro, restabelecia a ordem social e as guardava permanentemente. Aproveitando a anistia, concedida pelo Imperador após a maioria, atraiu vários chefes para o seu lado e com eles constituiu novas colunas de perseguição aos recalcitrantes. Atuando dessa forma, Lima e Silva ocupou os principais núcleos rebeldes e, em 19 de janeiro de 1841, pacificou

completamente a província, marcando mais uma participação do nosso Exército, em prol da integração nacional.

Após a ação restauradora da paz, Luiz Alves de Lima e Silva entregou, em maio de 1841, a província a seu sucessor, o Dr. João Antônio de Miranda pelo que recebeu o título de Barão de Caxias. Estava encerrada mais uma missão do Exército Brasileiro.

REVOLUÇÕES LIBERAIS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS

Revolução de São Paulo

Apesar da subida ao trono de D. Pedro II, a confusão continuava por todo o país; após a Bahia, o Rio Grande do Sul e o Maranhão, chegou a vez de São Paulo.

Os liberais, que haviam explorado a questão da maioria, colocando no trono D. Pedro, foram obrigados a deixar o poder no fim de oito meses; volta o partido conservador e, desta feita, com excepcional espírito de tolerância e equilíbrio, adotando o critério da seleção das capacidades, a ponto de entregar uma das pastas a um liberal.

Os liberais não se conformaram com a queda; havia em suas fileiras homens de grande projeção, tais como: Diogo Feijó, Teófilo Otoni, Antônio Carlos, Limpo de Abreu, Martim Francisco e outros. O pretexto para a violência não tardou. Os conservadores, em maioria no Parlamento, aprovaram duas leis importantes: o restabelecimento do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal, constituindo, no entendimento dos liberais, uma verdadeira hipertrofia do poder central.

No ano de 1841, além da aprovação das leis acima citadas, foi, também, de eleições, em que os liberais foram vitoriosos. Aguardavam, desta forma, a abertura do Parlamento para tornar sem efeito essas leis contrárias aos seus interesses. Mas o governo antecipou-se aos liberais e, alegando fraudes e violências nas eleições, dissolveu a Câmara, antes da abertura das sessões parlamentares. Os liberais revoltaram-se então.

Em São Paulo, Feijó e Vergueiro eram os guias dos sediciosos; enquanto isso, a revolta irrompeu em Sorocaba. O brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, que acabava de deixar o governo da província, foi aclamado seu presidente interino.

Caxias, com o apoio unânime da opinião pública, foi nomeado presidente da província e comandante das armas e, em vinte e quatro horas após a sua nomeação, já rumava para Santos.

Verificando Caxias, logo após a sua nomeação, não terem os revoltosos tomado ainda a capital paulista, decidiu, antes de mais nada, fazer essa ocupação, o que lhe exigiu excepcional rapidez. Saindo a 19 de maio, dois dias após, já se encontrava em São Paulo; a partida estava virtualmente ganha pela morosidade das forças revolucionárias.

As forças rebeldes marcharam triunfalmente para ocupar São Paulo, quando esbarraram com uma desalentadora surpresa; as forças legais já a ocupavam. Em Venda Grande, perto de Campinas, foi desbaratada completamente a resistência rebelde e, vinte e nove dias após ter partido do Rio de Janeiro, Caxias entrou em Sorocaba, capital dos sediciosos.

A revolução de 1842, em São Paulo, ficou na História mais pela presença de Feijó e Caxias como antagonistas, do que propriamente pelo vulto das operações. Encerrou, também, a carreira política de Feijó, aquele estadista destemido que salvara a integridade do Império nos piores dias da Regência.

Revolução em Minas Gerais

Os liberais de Minas tinham-se comprometido a auxiliar o movimento de São Paulo. A iniciativa seria dos paulistas, enquanto que os mineiros dariam apoio e repercussão ao levante, generalizando-o. A revolta de Minas, porém, organizou-se com melhores chefes militares, contando ainda com um aliado inestimável: o terreno.

Apesar de haver eclodido pouco antes do final desastroso da revolta de Sorocaba, não desanimaram os mineiros. José Feliciano Pinto Coelho, foi convidado a assumir o governo da província em Barbacena; a revolução estourou em 10 de junho, nas vésperas de Caxias partir para

São Paulo. Em pouco tempo a revolta alastrou-se pelos municípios vizinhos, mas o novo presidente deixou-se ficar morosamente, durante uma semana em atos burocráticos. Só, então, resolveu fechar todos os caminhos que conduziam à Corte, isolando, assim, Minas Gerais do Rio de Janeiro.

Enquanto em São Paulo se afirmava que os mineiros viriam ajudar os paulistas, em Minas, garantia-se que os farroupilhas não tardariam a enviar o seu concurso.

Mas o desânimo começou a lavrar nas fileiras revoltosas; as rápidas medidas repressivas adotadas pelo governo e a notícia da rendição dos paulistas atordoaram José Feliciano. Se o conselho de Teófilo Otoni para ocupar Ouro Preto, capital da província, fosse atendido, desde o início, a derrota do pequeno exército de guardas-nacionais seria difícil.

Porém, Caxias, nomeado comandante das forças imperiais, não perdeu tempo; em 11 dias, em marcha forçada por terreno difícil e movimentado, chegou a Ouro Preto. Os rebeldes, tomados de surpresa, retrocederam para Sabará e Santa Luzia do Rio das Velhas, onde foram vencidos pelas tropas imperiais, após prolongado combate.

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Iniciada em 20 de setembro de 1835, em plena Regência, a revolução, como se depreende do manifesto de Bento Gonçalves, visava a "sustentar os princípios políticos que conduziram o povo ao 7 de abril" e "afastar de nós um administrador faccioso e inepto, sustentando o trono de nosso govern monarca e a integridade do Império".

Não suportavam os rio-grandenses a excessiva centralização governamental da Regência. Daí ser bastante influente e poderoso o grupo de políticos "exaltados", que reagia contra os presidentes provinciais nomeados pelos governos regenciais.

A Regência tentou chamar à razão os rio-grandenses, nomeando para presidente da província um hábil político, parente e amigo do brigadeiro Bento Manuel Ribeiro - o Dr. Araújo Ribeiro.

Sua missão era de paz e de harmonia, porém, ao pô-la em prática, falhou. Mas a nomeação de Araújo Ribeiro teve o mérito de subtrair dos rebeldes o seu melhor elemento militar, Bento Manuel.

Porto Alegre, em rápidos combates, foi reconquistada para as forças legais (1836).

Prosseguindo nas ações, em outubro, Bento Manuel no combate da ilha do Fanfa, quase aniquilou o exército republicano, tendo, inclusive, preso Bento Gonçalves, remetido logo após para a Bahia, onde ficou encarcerado no forte do Mar, depois de um período na Fortaleza da Lage, Rio.

O ano de 1838 passou sem grandes alterações nas posições. Em 1839, a atividade dos republicanos não esmoreceu; uma expedição foi organizada contra a província de Santa Catarina em busca de um porto de mar, já que a esquadra imperial dominava não só as costas do Rio Grande, mas, também, a Lagoa dos Patos. Em julho, os revoltosos conquistaram Laguna e aí fundaram a República Juliana com a independência do Estado. Quatro meses após, um ataque combinado por terra e mar destruiu os republicanos e os repeliu para o Rio Grande.

O malogro de Santa Catarina, a derrota que sofreram no planalto obrigaram os rebeldes a levantar o assédio da capital e o confinamento da luta à campanha rio-grandense, onde tiraram partido de sua alta mobilidade. Esquivavam-se à luta, empenhavam-se vez por outra em emboscadas e combates de surpresa

O desempenho do Barão de Caxias nas missões pacificadoras do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais indicou-o para pôr fim à Revolução no Rio Grande do Sul. Em agosto de 1842 foi nomeado presidente da província e comandante das armas.

Ao chegar em Porto Alegre, Caxias tomou diversas medidas importantes para o término da guerra: determinou que fossem cortadas as linhas de abastecimento mantidas pelos farrapos com o Uruguai, de onde recebiam armamentos e cavalaria, ao mesmo tempo que tentava compensar com a superioridade de sua infantaria e artilharia a inegável superioridade da já famosa cavalaria farroupilha.

Uma série de vitórias imperiais enfraqueceu os farrapos: Ponche Verde, Piratini e Canguçu. No ano seguinte, tornou-se difícil a situação da heróica República Rio-grandense.

Finalmente, depois de diversas conferências entre Caxias, Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto, Canabarro e Vasconcelos Jardim, ficou resolvido que seguiria ao Rio de Janeiro um emissário farroupilha, Antônio Vicente de Fontoura, acompanhado de um representante de Caxias, o coronel Manuel Marques de Souza III, a fim de se estabelecerem as condições de uma paz honrosa. No dia 1º de maio de 1845, Caxias e Canabarro anunciaram oficialmente às suas respectivas tropas o término da guerra civil que, por mais de nove anos, ensanguentara o Rio Grande de Sul.

Os gaúchos voltavam à comunidade brasileira sob a direção do Pacificador que empreendeu então, patrioticamente, a obra de recuperação econômica da devastada e heróica província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Aparentemente a Revolução Praieira foi apenas a última revolta política de protesto contra as mutações ministeriais. Bem analisada, contudo, apresentou-se como um movimento autonomista e de sentido popular. Intelectuais e pasquins haviam divulgado ideias de reforma social; as injustiças sociais da época, a exploração desenfreada dos grandes comerciantes e a prepotência econômica e política dos latifundiários prepararam o ambiente para a revolta.

De há muito, os dois partidos, o liberal (ou facção praieira) e o dos conservadores (ou gabirus) hostilizavam-se. Estava na presidência da província de Pernambuco Chichorro da Gama que assinalou o seu governo liberal com muitos excessos praticados contra os "gabirus", particularmente, os senhores de engenho. A mudança da situação, com a queda dos liberais do governo, fazia prenunciar a tormenta.

Com a ascensão do gabinete conservador do ex-regente Pedro de Araújo Lima, foi nomeado presidente da província Herculano Ferreira Pena, elemento que iniciou a substituição de diversas autoridades provinciais ligadas ao partido praieiro, produzindo nos deputados liberais a mesma reação que as leis de 1841 tinham suscitado em São Paulo e Minas Gerais.

A insurreição começou em Olinda, no dia 7 de novembro de 1848, exatamente no undécimo aniversário da Sabinada. Elementos da guarda nacional partiram de Olinda, em direção a Igaracú, recebendo no caminho apoio e reforços dos senhores de engenhos favoráveis à causa praieira.

Espalhou-se pela "zona da mata" (litoral pernambucano) a revolução. Posteriormente concentrados em Água Preta, sob a chefia de Nunes Machado e com o apoio de Borges da Fonseca, em fevereiro de 1849, os praieiros atacaram Recife. Não conseguindo tomar a cidade, tendo perdido a vida em combate Nunes Machado, um de seus chefes mais importantes, retiraram-se os praieiros para o interior. Não cessou aí a luta. Enquanto a polícia no Recife varejava as casas dos suspeitos de simpatias pelos revoltosos, no interior reorganizava-se o exército liberal sob o comando dos chefes praieiros Pedro Ivo, João Roma e Bernardo Câmara, procurando refazer-se de munições e alimentos, utilizando a violência e atos reprováveis.

Perseguidos pelo Exército, tropas da coluna norte penetraram a Paraíba, alarmando, depredando tudo o que encontravam pela frente.

Borges da Fonseca resolveu levar a luta à frente a qualquer custo, sem considerar as deserções. Sabendo que o Exército atacaria, refugiou-se com um bando desordenado, na localidade do Cabo. Apanhado de surpresa, foi conduzido preso para Recife, em 31 de maio, e a coluna do norte, a qual comandava, destruída.

A coluna do sul, comandada por Pedro Ivo, estacionou em Água Preta, porém a escassez de recursos materiais e o abandono dos principais líderes fizeram com que a coluna conduzisse, no sertão, uma luta de guerrilhas que se tornou famosa e cantada pelos poetas da época. Sem rumo, mais de um ano depois, Pedro Ivo foi induzido por seu pai a entregar-se às autoridades legais.

A revolução praieira, encerrada em fevereiro de 1849, terminou a série de perturbações da ordem pública que assolaram o Brasil Império.

O Exército foi empregado pelo Governo Central, em todas as oportunidades, tomando por base os Art 145 e 148 da Constituição Imperial.

Episódios como Confederação do Equador, Cabanagem, Revolução Farroupilha, Sabinada, Balaiada, Revoluções Liberais de São Paulo - Minas Gerais e Revolução Praieira exigiram o cumprimento deste dispositivo constitucional, devido às ameaças separatistas e das graves agitações sócio-políticas, ocorridas nas províncias, afetando a ordem pública e a paz do Império.

O EXÉRCITO NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1891

A Assembleia Constituinte trabalhou durante cinquenta e oito dias, elaborando o estatuto fundamental da República. Basearam-se os constituintes, principalmente, na constituição norte-americana de 1787, para a estruturação jurídica do sistema federativo, sem perderem de vista as constituições da Suíça e da Argentina.

A Carta de 1891, que teve entre os seus maiores arquitetos a figura ímpar de Rui Barbosa, adotou os princípios diretores do federalismo, do presidencialismo, do liberalismo político e da democracia burguesa, segundo o estilo norte-americano. O dogma de Montesquieu foi anunciado nos seguintes termos: são órgãos da soberania nacional o poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si. O Legislativo, de organização bicameral, era formado pela Câmara dos Deputados Federais com representação proporcional ao número de habitantes de cada estado-membro e pelo Senado, com dois representantes de cada uma das unidades federadas. O Executivo era exercido pelo Presidente da República, eleito diretamente pelo povo, por maioria absoluta de votos, competindo-lhe nomear e demitir livremente seus ministros. O Judiciário, dividido em federal e estadual, assumiu uma posição altamente relevante na ordem federativa, competindo ao Supremo Tribunal Federal assegurar a supremacia da Constituição e das leis federais, garantir o exercício das liberdades públicas e manter o equilíbrio da Federação.

A primeira eleição do presidente e vice-presidente da República foi feita indiretamente pelo Congresso, sendo eleitos os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

A Carta republicana definiu as forças de terra e de mar como instituições nacionais e permanentes, mantendo-lhes, praticamente, a mesma destinação constitucional, capitulada na constituição anterior. A Guarda Nacional - de âmbito provincial - foi extinta.

A DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL

A primeira constituição republicana prescreveu claramente os casos em que o governo central poderia intervir nos estados federados (uso da força, se necessário) para preservar os fundamentos nela inseridos. Assim:

“Art. 6°. O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

“1°. Para repellar invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

“2°. Para manter a forma republicana federativa;

“3°. Para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos;

“4°. Para assegurar a execução das leis e sentenças federaes.”

Ademais, a Constituição de 1891 definiu expressamente:

“Art. 14. As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

“A força armada é essencialmente obediente- dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierarchicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionaes.”

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

No Rio Grande do Sul as lutas partidárias transformaram-se em uma longa e sangrenta guerra civil, dividia-se, politicamente, o estado entre os castilhistas (pica-paus), partidários de Júlio de Castilhos, presidente do estado, e os federalistas (maragatos) chefiados por Gaspar Silveira Martins, com o apoio de João Nunes da Silva Tavares, barão de Itaqui, e do caudilho Gumercindo Saraiva.

Os federalistas propunham-se a libertar o Rio Grande do Sul da tirania de Castilhos, conforme declaravam no manifesto em que concitavam os rio-grandenses a acompanhá-los. É bom notar, entretanto, que o qualificativo federalista não tinha o sentido de federativo. Pelo contrário, os

federalistas desejavam, teoricamente, maior predominância do poder federal sobre o estadual, defendendo também a adoção do sistema parlamentar que havia vigorado durante a monarquia. As forças legais (compostas com elementos do Exército, Brigada Militar do Rio Grande do Sul e civis), mais bem armadas e mais disciplinadas, obrigaram grande parte das tropas revolucionárias a internar-se em território uruguaio, depois do combate de Inhanduí.

Inhanduí foi o mais importante combate havido na revolução federalista, não somente porque nele tomaram parte quase todas as forças federalistas, mas sobretudo porque, com o seu resultado, praticamente ficaram vencidos os revolucionários. Dentre estes devem ser citados: Silva Tavares, coronel Salgado, Prestes Guimarães, Juca Tigre, Nogueira da Gama e Aparício Saraiva. Os mais prestigiosos chefes das forças legalistas foram Pinheiro Machado, Mena Barreto, Carlos Teles, Francisco Rodrigues Lima e Artur Oscar.

Não se deram por vencidos os federalistas depois de Inhanduí. Embora Silva Tavares e o coronel Salgado desistissem temporariamente da luta, Gumercindo manteve ainda viva a causa revolucionária com a velha e eficiente tática das guerrilhas. Em 10 de agosto de 1894, o grande caudilho que fazia reconhecimento com alguns elementos de seu Estado-Maior, morreu num combate com tropas legalistas.

A revolução gaúcha, irremediavelmente atingida, caminhava para o ocaso. A última oportunidade de apoio dos federalistas pela Armada encerrou-se quando o almirante Custódio de Melo não conseguiu tomar o porto do Rio Grande e o encouraçado "Aquidabã" foi torpedeado nas costas de Santa Catarina.

Somente no governo de Prudente de Moraes, em 23 de agosto de 1895, ajustou-se uma paz honrosa, pela qual foram anistiados os comprometidos no movimento. Atitude de ordem, tolerância e serenidade.

A REVOLTA DA ARMADA

A Marinha, pretendendo depor o governo do marechal Floriano Peixoto, rebelou-se em 6 de setembro de 1893. O almirante Eduardo Wandenkolk, presidente do Clube Naval e elemento de prestígio, tentou ajudar, com alguns navios, os federalistas do Rio Grande do Sul, sendo aprisionado em Santa Catarina pelo cruzador "República". Não faltaram acusações por parte dos simpatizantes de Floriano e republicanos mais exaltados; apontou-se como uma traição à República a tendência restauradora de alguns elementos influentes na Armada.

Na noite de 5 para 6 de setembro de 1893, o almirante Custódio José de Melo, ex-ministro de Floriano, dirigiu-se com vários oficiais e alguns deputados federais para bordo do "Aquidabã", onde içou a bandeira da revolução que visava a "restaurar o império da Constituição", conforme declarava o manifesto então divulgado.

Enquanto o governo tomava as primeiras providências para defender sua autoridade, decretando o estado de sítio e guarnecendo com forças do Exército o litoral do Rio e de Niterói, formavam também batalhões de voluntários, dispostos a defender a legalidade. Durante vários dias bombardearam-se mutuamente as baterias do governo e as da Armada em revolta, deixando em pânico a população civil.

Conseguindo sair da Guanabara três navios sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Frederico Lorena, aliaram-se os revoltosos aos federalistas do Rio Grande do Sul. Estes já haviam invadido o estado de Santa Catarina, em cuja capital Desterro, hoje Florianópolis, foi então instalado um governo revolucionário.

Em outubro, entretanto, a fortaleza de Villegaignon passou-se aos revoltosos, que contariam também, em dezembro, com a adesão de Saldanha da Gama, de tendências monarquistas e prestígio entre a oficialidade mais jovem. Melhorara um pouco a causa revolucionária, porém não conseguiram os revoltosos um desembarque que lhes permitisse a organização de forças terrestres.

Em março, o governo anunciou a chegada de uma esquadra, que recentemente adquirira na Europa e nos Estados Unidos, e cujo comando fora entregue ao velho almirante reformado Jerônimo

Gonçalves, veterano da guerra do Paraguai. Vendo Saldanha da Gama que lhe seria impossível resistir, juntamente com sua oficialidade e seus marinheiros, pediu asilo a dois navios portugueses que se achavam no porto. A revolução, entretanto, continuaria ainda no extremo sul.

Para maior entrosamento entre a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, Custódio de Melo retirou-se também para o sul no "Aquidabã". Em Santa Catarina, entretanto, a nova esquadra governista, comandada por Jerônimo Gonçalves, torpedeou o "Aquidabã", cuja tripulação, conseguindo salvar-se, ainda tentou juntar-se às últimas tropas revolucionárias. Não podendo resistir, acabou internando-se no Uruguai e na Argentina. Fracassou a Revolta da Armada, terminando a Revolução Federalista.

CANUDOS

O maior problema com que se deparou o governo de Prudente de Moraes foi a sangrenta campanha de Canudos. Surgiu em 1893, no interior da Bahia, o cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, posteriormente conhecido pelo apelido de Antônio Conselheiro. Apresentando-se como profeta, pregava entre jagunços (sertanejos analfabetos, esquecidos pelo Império) a restauração da monarquia e a volta de D. Sebastião, rei de Portugal, que sairia das ondas do mar com todo o seu exército.

Enviou o governo da Bahia, em novembro de 1896, uma pequena força policial a Canudos, pois a agitação promovida por Antônio Conselheiro punha em sobressalto os comerciantes e fazendeiros das vizinhanças. Acampada em Uauá, foi a expedição surpreendida por uma multidão de fanáticos que, entoando rezas e de cruzeiros arvoradas, promoveu furioso ataque obrigando a retirada imediata dos soldados comandados pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira.

O insucesso da expedição reacendeu as divergências entre o comandante militar da área e o governador do estado.

O general Frederico Sólton, compreendendo a extensão e os perigos que envolviam a insurreição, clamava ter "a repressão legal vingado o círculo das diligências políticas", e dever ser a força militar suficientemente forte para se subtrair às contingências de "retiradas prejudiciais e indecorosas".

Os argumentos se contrapunham aos do governador que, na ansiedade de preservar a autonomia do estado, repelia a intervenção militar, característica da impossibilidade de manter a "ordem pública" o que, mais tarde, os fatos configuraram. Aquela autoridade civil procurava minimizar os acontecimentos, considerando mais do que suficientes as medidas tomadas para debelar o grupo de fanáticos e não haver necessidade de reforçar a força federal para tal, pois o grupo de Antônio Conselheiro ia pouco além de 500 homens.

Atendendo a ordens do Ministro da Guerra, organizou-se uma segunda força expedicionária, em dezembro de 1893, sob o comando do major Febrônio de Brito e constituída de 600 elementos do Exército e da polícia. Nova derrota das tropas legalistas.

Compreendeu o governo que estava diante de um sério problema, sendo então chamado a dirigir uma terceira operação militar contra Canudos o coronel Antônio Moreira César, recém-chegado de Santa Catarina, onde participou da campanha contra os federalistas. Moreira César contou com 1.300 homens bem armados e até uma bateria de artilharia ligeira Krupp. O grande ataque ao reduto sertanejo não logrou êxito.

A derrocada da expedição de Moreira César agravou o problema; deu aos jagunços de Antônio Conselheiro as bagagens e o armamento de uma brigada de exército.

A quarta expedição militar contra Canudos foi organizada pelo ministro da Guerra marechal Carlos Machado Bittencourt, que partiu para a base de operações na Bahia. Composta de 6 brigadas, perfazendo quase 6.000 homens, foi comandada por Artur Oscar de Andrade Guimarães, general republicano que se distinguiu na campanha contra os revoltosos rio-grandenses e posteriormente comandou o distrito militar de Pernambuco.

A 30 de setembro de 1897 foi desfechado o ataque final. Os jagunços, famintos, sedentos e esfarrapados defenderam palmo a palmo seus últimos redutos. A 5 de outubro pouco restava do arraial sertanejo. Antônio Conselheiro estava morto e com ele milhares de jagunços.

Terminara a participação do Exército na defesa das instituições, enfrentando o fanatismo, e o banditismo que, durante alguns anos, trouxeram a intranquilidade ao interior baiano e tantos sofrimentos causaram à família brasileira.

Canudos, por si e pelos reflexos no distante Rio de Janeiro, mostrou que o País estava longe da integração e paz social.

O CONTESTADO

O governo de Hermes da Fonseca teve que enfrentar um problema semelhante ao de Canudos. Nos sertões limítrofes do Paraná e Santa Catarina, o fanático José Maria, apelidado o "Monge" e insinuando ser irmão do falecido João Maria (um mito entre aquela gente crédula), instalou-se na região do "Contestado", zona disputada pelos dois estados. Em pouco tempo milhares de sertanejos sulinos congregaram-se em torno do "Monge", repetindo-se o drama dos sertões da Bahia. Diversas expedições militares foram enviadas, sem resultado, para combater os fanáticos.

Ciente dos acontecimentos, o governo da República resolveu nomear o general Setembrino de Carvalho para inspetor da 11ª Região Militar e, simultaneamente, comandante das forças operacionais, no Contestado.

Toda a autoridade lhe fora outorgada de acordo com as disposições constitucionais, em vista da requisição de ambos os estados, pedindo a intervenção da União "para restabelecer a ordem e a tranquilidade em seus territórios".

Habilmente, o general procurou ausentar-se das querelas políticas, e de interferência nos assuntos administrativos locais. Assumiu o comando em 12 de setembro de 1914 e, verificando que a ação dos fanáticos se estendia por larga área, concebeu o seguinte: cercá-los a partir dos centros mais populosos e apertá-los pouco a pouco, privando-os dos recursos indispensáveis; e ter o cuidado de não expor a tropa às emboscadas.

Para execução do plano, o governo central deslocou para aquela área várias unidades, constituindo a "Grande Expedição", com cerca de 6.000 homens.

A doença, a falta de recursos e as derrotas sucessivas destruíam o moral dos revoltosos e abalavam o de seus líderes. Apesar de tudo, os chefes sertanejos remanescentes recusaram as propostas conciliatórias.

Finalmente, com a posse dos redutos de Caçador e Santa Maria, cessou a resistência organizada no Contestado. Mesmo informado de que muitos fanáticos se reuniram num acampamento, às margens do Arroio de São Miguel, o comandante da expedição não determinou qualquer ação.

Medida de segurança e consoante determinação do ministro da Guerra, forças de ocupação, inclusive do dois estados, permaneceram por algum tempo em pontos-chaves, e nas principais estações da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

À longa convulsão, sucederia a luta política pela posse das áreas contestadas. Forças policiais dos dois estados estiveram prestes a entrar em choque, e não eram cordiais as relações entre os governos respectivos.

Depois de enviar à região um observador militar, o Presidente da República determinou a ocupação militar das terras, onde mais tensa se apresentava a situação, obtendo compromisso dos governos dos estados de não insistirem nas reivindicações à viva força.

Com a interferência direta do Presidente da República, em 20 de outubro de 1916, a velha questão de limites encontrou solução.